



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Via N1 Leste – s/nº - Pavilhão das Metas
Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa
CEP: 70150-908 Brasília – DF
Telefones: (55 61) 3411-4246
www.presidencia.gov.br/spmulheres

XXI Reunião Especializada da Mulher do Mercosul

Assunção, Paraguai, 26 a 28 de maio de 2009.

Informe Brasileiro

Período: novembro de 2008 a maio de 2009.

Brasília, maio de 2009

XXI Reunião Especializada da Mulher do Mercosul
Assunção, Paraguai, 26 a 28 de maio de 2009

Informe Brasileiro

Período: novembro de 2008 a maio de 2009

Apresentação

Neste momento de crise internacional, são as mulheres as primeiras a sentir seus efeitos, seja no emprego, seja no supermercado e nas feiras, seja na redução dos investimentos sociais. No Brasil, as medidas que vem sendo tomadas visam justamente minorar o impacto da crise mundial sobre as mulheres e a sociedade em geral. E as políticas desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, consubstanciadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres reforçam a perspectiva.

Como destaque, para o período desse informe temos o anúncio feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, de que transformará a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério. Em um reconhecimento público do trabalho que a SPM vem desenvolvendo no enfrentamento às desigualdades de gênero e no fortalecimento de uma sociedade democrática e plural

Vale também destacar o lançamento do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero. Esta é uma iniciativa da SPM em parceria com instituições governamentais, não-governamentais, universidades, agências internacionais e representantes da sociedade civil. O observatório conta com um site – www.observatoriodegenero.gov.br e funcionará por meio de grupos de trabalho que farão o monitoramento e produzirão análises e conteúdos sobre indicadores, políticas públicas, comunicação e mídia e legislação e legislativo. Neste ano, seu foco temático é Mulheres, Poder e Decisão.

1. Informações relativas a novas normativas sobre mudanças constitucionais, leis e regulamentos.

No período desse informe foi sancionado o Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008, que institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa, entre outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6690.htm

E aprovada a Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008, que disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11804.htm

Vale destacar também a aprovação na Câmara Federal, dia 6 de maio, do Projeto de Lei nº 335/1995, que determina que as penitenciárias femininas sejam dotadas de seção para gestantes, parturientes e creches para os menores cuja responsável esteja presa. Trata-se de um avanço na humanização do cumprimento da pena. E a publicação, em 14 de maio, da Portaria que institui a Política Nacional de Saúde da População Negra.

Como forma de interferir positivamente no campo legislativo, a SPM tem participado de diferentes audiências públicas na Câmara e Senado Federal para discutir projetos de leis que dizem respeito diretamente, à vida das mulheres. Entre eles, o projeto de lei que trata do tráfico de pessoas, e a Proposta de Emenda Constitucional 590/05 que discute a desigualdade de representação das mulheres nos espaços de poder e decisão, estabelecendo a representação proporcional dos sexos não apenas nas mesas diretoras da Câmara e do Senado, mas também de todas as comissões, permanentes ou temporárias.

Ainda com o objetivo de ampliar a participação das mulheres em espaços de poder e decisão, e dando consequência às ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para implementar os propósitos desse capítulo do Plano, a SPM institui, através da Portaria 15, de 11 de março de 2009, uma Comissão Tripartite para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

A Comissão Tripartite é composta por 5 representantes do executivo (SPM, Casa Civil, Secretaria Geral, Ministério da Justiça e Secretaria de Relações Institucionais), cinco do legislativo (3 da Câmara e dois do Senado) e cinco da sociedade civil, indicados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A SPM coordenará os trabalhos da Comissão, que tem 60 dias para apresentar seus resultados.

2. Prevenção e enfrentamento da violência contra as Mulheres

Nesse campo, vale destacar que a SPM continua fortalecendo os seus próprios investimentos em políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e se articulando para que diferentes recursos, públicos e privados, também sejam investidos na sua superação.

Dos R\$ 76 milhões do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para 2009, R\$ 46,5 milhões serão destinados para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Vale lembrar que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é constituído de 4 grandes eixos, no entendimento de que é fundamental a articulação de medidas preventivas e punitivas, com políticas de saúde, e políticas que ampliem as oportunidades de trabalho, dando condições concretas às mulheres de mudarem a própria vida.

Entre as ações desenvolvidas no período, destacamos:

O lançamento, em abril desse ano, da iniciativa “Mulheres – Diálogos sobre Segurança Pública”, que conta com o apoio de três agências das Organizações das Nações Unidas: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). E terá como um de seus resultados um estudo inédito, que será realizado em sete cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Canoas, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém) sobre o tema mulher e segurança pública.

A metodologia é baseada no diálogo entre mulheres de diferentes segmentos sociais. São donas-de-casa, médicas, presidiárias, pescadoras, professoras, socialites, líderes comunitárias, artistas, formadoras de opinião, engenheiras, secretárias, mulheres com diferentes orientações sexuais, brancas e negras, entre tantas outras origens, ocupações e atividades.

Os resultados desses encontros serão apresentados na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em agosto. A iniciativa também está vinculada ao Programa Regional Cidades Seguras, promovido pelo Unifem. O objetivo desses encontros é evidenciar um olhar feminino sobre a segurança nas cidades, apresentando novas propostas e soluções para a questão.

A SPM segue, também, dando continuidade e ampliando suas ações de campanhas para o enfrentamento à violência contra as mulheres. A edição de 2008 da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher teve como foco, mais uma vez, a implementação da Lei Maria da Penha. Agora com o slogan “Há momentos em que a sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se”, a Campanha foi lançada com o objetivo de convocar a sociedade para atitudes que podem fazer a diferença na vida de mulheres em situação de violência, a partir da divulgação de histórias de 16 pessoas que vivenciaram situações de violência ou apoiaram mulheres vitimadas.

Neste campo destaca-se a Campanha “Mulheres, donas da própria vida - Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta” que tem sido divulgada amplamente em diferentes meios de comunicação. Anúncios publicitários da campanha foram publicados em 26 revistas: de bordo e de ônibus interestaduais; femininas e de comportamento; semanais, quinzenais e mensais. A estratégia visa a atingir mulheres de diferentes faixas etárias e condição socioeconômica, além de formadores de opinião para divulgação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e atenção ao fenômeno da violência contra as mulheres do campo e da floresta.

Na primeira quinzena de janeiro 2009, começou a veiculação dos spots de rádio da campanha em 803 emissoras de todo o País. A média é de 4 a 5 inserções/dia em cada emissora, no início da manhã e da noite, para capturar a audiência das mulheres do campo e da floresta - público-alvo da campanha. A primeira rodada de veiculação se encerrou em dezembro de 2008, após 12 dias de veiculação com 2.769 inserções em 803 emissoras de rádio contratadas.

Além de dar continuidade a campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres - www.homenspelofimdaviolencia.com.br - atualmente com mais de 40 mil assinaturas, no período desse informe o Brasil foi sede do Simpósio Global Engajando Homens e Meninos pela Equidade de Gênero, que teve como objetivo desconstruir os estereótipos de masculinidade que contribuem para a violência contra as mulheres, e promover discussões sobre paternidade, saúde e violência.

Cerca de 450 representantes de governos, ativistas, pesquisadores, representantes de universidades e da sociedade civil de mais de 70 países se reuniram para discutir como envolver homens na promoção da equidade de gênero. O Simpósio foi realizado por organizações não-governamentais de diversos países, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Em relação ao tema das mulheres em situação, um dos 4 eixos centrais das políticas do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foi realizado um segundo Mutirão Carcerário com iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo do projeto é de revisar a situação legal das presas condenadas e provisórias, de forma a evitar que irregularidades na situação deles

persistam. A expectativa da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro é que, ao final do mutirão, de 20 a 25% dos casos que serão analisados tenham algum tipo de benefício concedido. Só no Presídio Talavera Bruce, cerca de 330 internas aguardam pelo resultado do mutirão.

Em relação ao tema das mulheres traficadas, foi realizado em abril de 2009 o I Encontro da GAATW e SPM – “Discutindo as ações e projetos de ação de enfrentamento ao tráfico de mulheres” que produziu os seguintes resultados: alinhamento conceitual e definição de diretrizes em relação a temas essenciais ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, tais como: abrigo, capacitação, pesquisas e metodologia de atendimento.

Foi firmada ainda uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio do Conselho Nacional de Imigração, para a inclusão de um núcleo de atendimento às mulheres nos serviços de atenção ao migrante, bem como nas casas dos trabalhadores brasileiros, que estão sendo instaladas em diversos países.

A SPM tem dado continuidade a sua política de envolver o Judiciário, cada vez mais fortemente, na prevenção e punição da violência contra as mulheres. Em março de 2009, foi realizada a III Jornada da Lei Maria da Penha com a finalidade de formular ações de sensibilização do Poder Judiciário para apoiar a estratégia de capacitação de profissionais e agentes públicos, ação prevista no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Como resultado da III Jornada, foi criado o Fórum Nacional de Juizados da Violência Doméstica com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação e interface de informações entre os juízes destes Juizados em todo País, além de uniformizar procedimentos por meio de Resoluções.

Ainda nesse campo, em novembro de 2008, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado (ENFAM) ofereceu às Escolas Superiores das Magistraturas Estaduais, Cursos Multidisciplinares sobre Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha para todos os magistrados ingressantes na carreira, e aos demais como requisito para promoção. O conteúdo programático abordou relações de gênero, a realidade das mulheres brasileiras, os marcos normativos, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, e a rede de atendimento e funcionamento de juizados especiais.

Por fim, com o entendimento de que é necessário ampliar e dar agilidade à rede de atendimento às mulheres que vivem ou estão em situação de violência, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem investido esforços na estruturação de uma Central de Abrigamento que terá como objetivo gerenciar o encaminhamento das mulheres que tenham necessidade de serem retiradas de suas casas para diferentes possibilidades de alojamento temporário: casas de passagem, casas abrigo, entre outras possibilidades de suportes. A Central de Abrigamento, para maior agilidade, será vinculada à Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

3. Educação

Nesse âmbito, cabe destacar a continuidade de dois importantes programas desenvolvidos pela SPM, que buscam transformar em realidade as políticas definidas pelo II Plano Nacional

de Políticas para as Mulheres para a construção de uma educação, não sexista, não racista e não lesbofóbica, voltados a diferentes níveis de educação e pesquisa.

Em 2007, com o objetivo de formação de profissionais da educação nos temas de gênero, raça/etnia e orientação sexual, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Educação lançaram o Programa Gênero e Diversidade na Escola. O curso integra a rede de educação para a diversidade, e é uma formação à distância oferecida na Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Em fins de 2008, o Programa começou efetivamente a funcionar em larga escala. Foram firmados convênios com 20 universidades que estão capacitando cerca de 13.700 profissionais da educação no ano de 2009. No início de 2009 foi lançada nova chamada pública para a seleção de novas instituições de ensino superior que queiram oferecer o curso Gênero e Diversidade.

O Programa Mulher e Ciência, desenvolvido desde de 2005, é uma parceria entre a SPM, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação e o UNIFEM, com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no País e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Integram o Programa Mulher e Ciência três grandes ações, o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, o Edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências.

Criado em 2005, o Prêmio é um concurso de redações para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação e graduados, instituído com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. O Prêmio busca também contribuir para a construção de um ambiente democrático de discussão nas escolas e universidades de todo o país sobre as desigualdades existentes entre mulheres e homens e incentivar os alunos e alunas a produzirem textos sobre o tema.

Os resultados da 4ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foram divulgados em março desse ano, e grande destaque desta edição foi o aumento em 301% nas redações recebidas na categoria de Ensino Médio, e de 56% nos trabalhos da categoria de Estudante de Graduação e Graduados, em relação à terceira edição. No total, o prêmio recebeu 3.002 trabalhos, representando um aumento global de 247% com relação à edição anterior, o que reafirma a importância de darmos tempo a que as políticas tenham continuidade e se consolidem.

Ainda como parte das ações do Programa Mulher e Ciência, para esse ano, está em preparação o 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, que será realizado nos dias 24,25 e 26 de junho de 2009. O tema geral do encontro é a institucionalização dos estudos feministas, de gênero e mulheres nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no país, no sentido de materializar os objetivos gerais do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente no que diz respeito à promoção e fortalecimento da participação igualitária, plural e multirracial das mulheres em espaços de poder e decisão; ao estímulo à participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas e

à produção de conhecimentos na área de gênero, ampliando o debate sobre as dimensões ideológicas do sexismo, lesbofobia e racismo em todas as áreas do conhecimento.

O Encontro vai reunir representantes de mais de 300 núcleos e grupos de pesquisa do campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos para definir recomendações de políticas governamentais que propiciem a conquista de novos espaços para as mulheres na produção do conhecimento.

4. Saúde

Na área da saúde vale destacar a continuidade das ações de enfrentamento à feminização da AIDS. No início desse ano foi realizada a Campanha “Bloco da Mulher Madura”, uma campanha nacional, veiculada no período do Carnaval, que teve como público prioritário a população feminina com mais de 50 anos, numa parceria da SPM e Ministério da Saúde.

Essa campanha de prevenção à AIDS foi dedicada às mulheres e é uma resposta à tendência de crescimento da epidemia entre a população acima dos 50 anos. Dados epidemiológicos apontam que a incidência de AIDS praticamente dobrou nessa população nos últimos dez anos (de 7,3 em 96 para 14,5 em 2006). A campanha busca fortalecer a imagem da mulher, para que ela se sinta mais segura e possa exercer sua sexualidade protegida. Buscar o prazer seguro na relação não deve ser motivo de vergonha e sim de atitude.

No dia 1º de dezembro do ano passado, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, a campanha foi com a mesma população, mas voltada para os homens. Incentivar a mulher a negociar com o parceiro o uso do preservativo é um dos objetivos da campanha, já que a maioria das mulheres nessa faixa etária tem pouco poder decisão em relação à camisinha.

Nesse campo vale assinalar que no mês de maio, entrou em vigor a lei 11.664, sancionada em 29 de abril de 2008, que garante às mulheres acima de 40 anos o direito de realização de mamografias pelo Sistema Único de Saúde. Este é um dos principais exames preventivos contra o câncer de mama. Com isso, a previsão é que sejam feitas mais de três milhões de exames em 2010. Antes, as mamografias pela rede pública eram feitas apenas quando havia indicação médica, sem limite de idade. Com a nova lei federal, o atendimento passa a ser obrigatório. Vale dizer que mais mulheres realizam o exame; nos últimos 7 anos o aumento foi de 118%.

No campo da saúde destaca-se, ainda, a participação da SPM, na delegação brasileira que participou da 42ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das nações Unidas, contribuindo nas discussões da resolução adotada em 13 de abril, relativa à mudança da estrutura etária da população e suas repercussões no desenvolvimento. O texto da resolução sublinha a diversidade dos países, que se encontram em diferentes estágios de transição demográfica e conhecem condições econômicas e sociais diferentes e exorta os Governos a promoverem a igualdade e a solidariedade entre gerações: uma sociedade aberta a todas as idades em que todos se integrem plenamente no processo de desenvolvimento.

Pede também aos governos que promovam estilos de vida saudável para todas as idades, incluindo em matéria de saúde sexual e reprodutiva, e que tomem medidas para adaptar os sistemas de saúde aos desafios colocados pela alteração da estrutura etária.

5. Trabalho

Na área de trabalho merece destaque a entrega, dia 25 de março, do Selo Pró-Equidade de Gênero – 2009 para 23 empresas e instituições públicas e privadas, totalizando mais de 300 mil funcionárias/os. A entrega do selo e troféus aos representantes das organizações ganhadoras foi presidida pela ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e contou da Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, e da vice-diretora do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM) Brasil e Cone Sul.

Lançado em 2005, o Selo Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal, por meio da SPM, com o objetivo de estimular a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. O Programa Pró-Equidade de Gênero reafirma os compromissos de promoção da igualdade de gênero, inscrita na Constituição Federal de 1988, e conta com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A premiação das empresas é o coroamento do processo que se inicia após a adesão voluntária da organização. O caráter voluntário evidencia uma sensibilização pré-existente na direção do grupo ou instituição para a temática da equidade de gênero. Nesta segunda edição, foram inscritas 50 organizações entre empresas privadas e instituições públicas. Destas, 36 apresentaram e acordaram o seu Plano de Ação, a ser implementado no âmbito da organização candidata ao Selo, mas somente 23 conseguiram chegar à etapa final, cumprindo, no mínimo, 70% das ações planejadas.

Entre as empresas ganhadoras da segunda edição estão: Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal, Companhia de Eletricidade do Amapá, Centro de Pesquisa de Energia Elétrica, Eletrobrás, ELETRONORTE, EMBRAPA, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, FURNAS, Grupo Hospital Nossa Senhora da Conceição, Itaipu Binacional, PETROBRÁS, Prefeitura Municipal de Quixadá, Serviço Federal de Processamento de Dados e Secretaria de Estado de Trabalho, Renda e Esporte, da Bahia.

Dentre as ações mais frequentes efetivadas pelas organizações vencedoras, destacam-se: inclusão do compromisso com a equidade de gênero no Planejamento Estratégico; realização de levantamentos, pesquisas e censos para identificação de perfil da empresa com inclusão dos itens autodeclarativos raça/cor/orientação sexual nos cadastros de RH; acesso de quaisquer funcionárias/os aos dados cadastrais sobre gênero e raça; incentivo à participação de mais mulheres nos treinamentos e cursos de capacitação (horários adequados às mulheres, estabelecimento de cotas para mulheres); criação de cursos específicos de treinamento profissional para mulheres; e a adoção de critérios em concursos para vagas oferecidas em áreas tradicionalmente masculinas (segurança, técnica) que possibilitem a participação de mulheres.

No campo do trabalho, cabe destacar também o lançamento sobre o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, que tem por finalidade fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. O estado de Tocantins foi o primeiro a receber o programa e tem como meta o atendimento de 4.500 mulheres em 13

municípios no período de 2008 a 2010. Em 2009, está prevista a implementação do programa em mais 4 estados, dentre os quais Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia.

6. Política

O tema da ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem sido objeto de importantes iniciativas da Secretaria, com o objetivo de implementar as ações definidas no capítulo 5 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

No período desse informe, além de dar continuidade ao site da campanha “Mais mulheres no poder: eu assumo este compromisso” – www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, a SPM teve como foco das comemorações do Dia Internacional da Mulher o tema da participação das mulheres nos espaços de poder. Como parte dessas comemorações, foi realizado pelo Governo Federal, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o apoio da Bancada Feminina no Congresso Nacional e do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, o Seminário Mais Mulheres no Poder: Uma Questão da democracia. A abertura do Seminário contou com a presença do Presidente Lula, que na sua fala anunciou a intenção de transformar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério.

Ainda nesse campo, com o propósito de estimular o debate sobre o tema da participação das mulheres na política, a Secretaria apoiou a realização de uma pesquisa que apontou que 90% dos brasileiros elegeriam uma mulher para cargo público. Desse grupo, 74% votariam em uma mulher para prefeito, governador ou presidente, o que, do total, corresponde a 67% dos brasileiros. A pesquisa foi realizada entre os dias 13 a 17 de fevereiro, pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), em conjunto com o Instituto Patrícia Galvão e o Cultura Data, com 2.002 entrevistas em 142 municípios de todas as regiões do País.

A pesquisa apontou que, para 83% dos entrevistados, a presença de mulheres no poder “melhora a política”. Na opinião de 75% deles, só há democracia, de fato, se elas estiverem nas várias instâncias de poder. Já para 73% dos brasileiros a população ganha com a eleição de um maior número de mulheres. O apoio à presença feminina no panorama político nacional foi constatado em todos os segmentos da amostra, tanto demográficos como regionais.

Em contrapartida à opinião da maioria favorável à participação feminina no poder, a realidade não se revela tão otimista em relação às mulheres. De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República e que apoiou a pesquisa, o Brasil conta hoje com apenas 8,9% de mulheres no Congresso Nacional, 12% nas Assembleias Legislativas e 12% nas Câmaras Municipais. Segundo a União Interparlamentar (UIP), organização internacional com sede em Genebra (Suíça), o Brasil ocupa a 141ª colocação no ranking que avalia a presença de mulheres em parlamentos de 188 países. Entre os países da América Latina, o país fica à frente somente da Colômbia.

7. Participação internacional

No período desse informe a SPM participou de uma série de eventos internacionais, entre eles destacamos:

O Seminário “Tecendo redes para a atenção às mulheres brasileiras em situação de tráfico de seres humanos na Espanha”, momento em que foi articulado com o Ministério da Igualdade

espanhol linhas de ação para a elaboração de projeto bilateral Brasil e Espanha, que inclui a criação de um Centro de Acolhimento a mulheres em situação de tráfico na Espanha, no âmbito do plano espanhol de enfrentamento ao tráfico de pessoas, com a SPM se responsabilizando em contratar uma funcionária brasileira para oferecer o atendimento mulheres vítimas de tráfico, na língua portuguesa, e que ofereça assistência e opções de atendimento tanto no Brasil como na própria Espanha.

Vale destacar também a realização do encontro bi-nacional “Diálogos sobre a atenção à Migração Feminina entre o Brasil e o Suriname”. Foi a primeira vez se realizou um diálogo entre segmentos tão diversos dos dois países, buscando formas de atuar em conjunto para pensar estratégias e metodologias de atenção e abordagem das mulheres.

O intenso fluxo de mulheres, principalmente as paraenses, que migram do Brasil para o Suriname, foi o motivador da realização da iniciativa. O objetivo do encontro era fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada nos países Brasil e Suriname para promover ações integradas de atenção às mulheres migrantes entre os dois países.

A estratégia de estreitamento entre as organizações do Brasil e do Suriname foi uma das recomendações da Pesquisa Tri-nacional “Tráfico de Mulheres do Brasil e República Dominicana para o Suriname”, lançada em maio do ano passado pela ONG Sodireitos, integrante da rede Aliança Global Contra Tráfico de Mulheres (Gaatw, na sigla em inglês).

Ao final do encontro, foi elaborado um documento com propostas para a atuação nos dois países, no que se refere à atenção às mulheres migrantes, à responsabilização dos autores de crimes relacionados à migração e a ações de prevenção ao tráfico de pessoas.

A SPM esteve também presente e contribuindo em diversas outras reuniões e seminários internacionais como a XXXIV Assembléia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres – CIM; a Segunda Reunião de Autoridades Nacionais e Internacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas e a Defesa Oral junto ao Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU.

Brasília, 22 de maio de 2009.